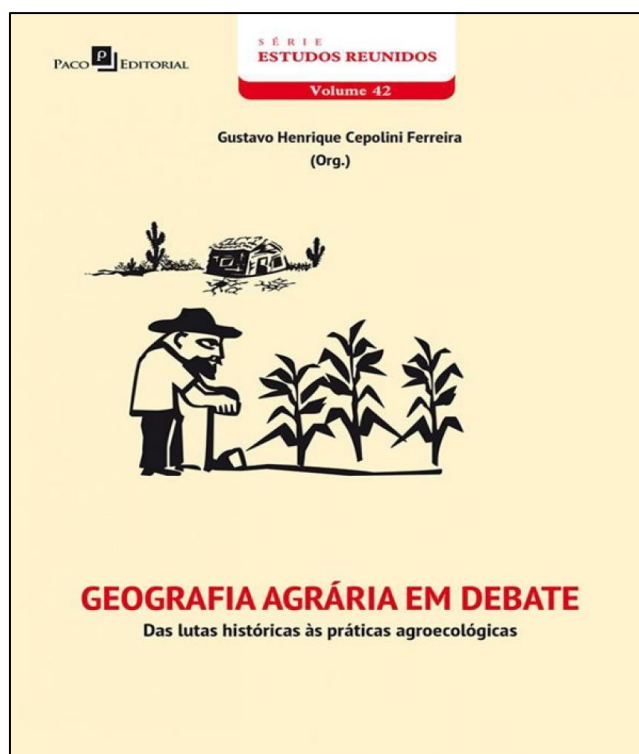


RESENHA

Geografia Agrária em Debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017)

Anderson Bertholi¹ <http://orcid.org/0000-0003-1057-1651>

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento de Geociências e PPGeo – Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: anderson.bertholi@unimontes.br



A obra *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas*, organizada pelo professor Gustavo H. Cepolini Ferreira é um convite às discussões sobre as peculiaridades do campo, no Brasil e no mundo, com importantes contribuições acerca das práticas que moldam o espaço rural. O campesinato aparece como categoria central da análise, cujas contradições traduzem os modos de produzir e viver dos sujeitos envolvidos. Na sequência das exposições temos importantes leituras dessa dinâmica, a saber:

O Capítulo 1: “Geografia Agrária: conflitos pelo uso da água no Brasil, Portugal e Espanha” dos pesquisadores André Tomé de Assis e Luciano Lourenço é um estudo comparativo sobre os conflitos relacionados ao uso da água, um problema que a cada dia se

torna mais sensível em todo o mundo. O texto traz uma comparação pertinente entre os grandes projetos de transposição de águas, bem como os impactos ambientais decorrentes de algumas experiências pelo mundo. Inicia a discussão a partir de uma definição conceitual sobre a noção de “transposição” e em seguida faz um resgate histórico de cinco importantes experiências, com destaque para os desvios das águas da Bacia do Aral – Ásia Central, para a expansão da cultura de algodão pela extinta União Soviética; a drenagem das águas do rio Colorado, na Califórnia estadunidense no início do século XX e das águas do rio Snowy na Austrália dos anos de 1940, ambos projetos que nortearam as políticas para a transposição do Rio São Francisco, no Brasil.

No Capítulo 2: “Geografia do trabalho escravo: uma leitura dos conflitos no campo e cidades brasileiras” de Gustavo Henrique Cepolini Ferreira e Cleiton Ferreira dos Santos, os autores tecem considerações sobre as relações de trabalho com destaque à subjugação pela escravidão, do passado e do presente no campo e nas cidades brasileiras. A territorialização desse processo é ilustrada por um impactante mapeamento feito a partir de dados da CPT - Comissão Pastoral da Terra que dão relevo à análise.

O Capítulo 3, intitulado: “O duplo caráter da desapropriação: a transformação da luta pela terra em negócio capitalista” de Gustavo Francisco Teixeira Pietro traz uma importante contribuição sobre o caráter jurídico da posse da terra no Brasil, bem como aos meandros das desapropriações por interesse social. O autor trabalha com as questões ligadas à grilagem da terra no país e o histórico da questão fundiária enraizado no latifúndio, levantando dúvidas sobre os processos de legitimação dessa apropriação a partir das fortes pressões da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Já no capítulo 4 “Desencontros na fronteira: choque entre as concepções e modos de vida em face do desenvolvimento no campo” das autoras Fabiana Novaes e Renata Priscila Benevides de Souza é um convite ao debate sobre a categoria de Fronteira, à luz de José de Souza Martins. As autoras fazem um resgate sobre a expansão das Frentes Pioneiras pelo Oeste Brasileiro e concluem sobre a face perversa dos projetos excludentes de desenvolvimento capitalista no país. As múltiplas leituras de antropólogos e geógrafos servem como pano de fundo da análise, cujas interpretações ora se contrapõem, ora se complementam. Fazem, por fim, um destaque sobre o favorecimento de um setor produtivo em especial, o Complexo Agroindustrial, com consequentes impactos na expropriação dos pequenos produtores.

No Capítulo 5: “Indigenato e campesinato” do pesquisador Reinaldo Corrêa Costa, o autor se debruça sobre a categoria *Campesinato*, da sua origem e ressignificações históricas,

bem como contribui com a interpretação sobre o *Indigenato* brasileiro, com destaque às suas ações de resistência. Ressalta os saberes e fazeres tradicionais que caracterizam esses grupos, ainda que em tempos de grande apelo aos variados usos da tecnologia. Levanta questões relacionadas à legitimidade da posse das terras por estes grupos, cujo processo de territorialização evidencia a força e a resistência dos seus modos de vida, assim como das suas estratégias de inserção ao modo de produção hegemônico.

O Capítulo 6 “O genocídio e formação da propriedade no Amazonas” de Tiago Maiká Müller Schwade é fruto dos desdobramentos de uma pesquisa realizada no Município de Presidente Figueiredo (AM), nos anos de 2010 a 2012, cujo escopo se assenta no desaparecimento de cerca de 2 mil indígenas dos povos Waimiri-Atroari, fruto da expansão da grande propriedade no estado do Amazonas. Centra as discussões teóricas no debate sobre a propriedade na sociedade capitalista como um todo, que nem sempre está atrelada ao processo de exploração capitalista da terra mas que em geral nasce como reserva de capital. Faz um importante resgate da formação sócio-espacial na Amazônia e os conflitos decorrentes desse processo, cuja propriedade privada é sua face mais imponente.

O Capítulo 7 “De nômade a sedentário: uma mudança na agricultura Xavante” de autoria de Rafael Navas e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello endossam o debate sobre o lugar dos povos indígenas na formação do Brasil. Com destaque ao comportamento territorial do grupo Xavante. Os autores resgatam as práticas de produção de alimentos e a expansão gradativa dos cultivos, conforme a intensificação dos contatos com os não-índios, da introdução do arroz na base da alimentação do grupo e da redução na disponibilidade de produtos da caça e da coleta.

No Capítulo 8: “Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia” de Ricardo Gilson da Costa Silva, Amanda Mishalski, Luis Augusto Pereira Lima e Francilene Sales da Conceição, destacam a análise sobre os impactos da expansão das culturas de escala (*commodities*) no Brasil em geral e no estado de Rondônia em especial. Essa dinâmica imposta à economia regional resultou em grande letalidade por conflitos agrários, destacam os autores, culminando num intenso processo de ilegalidade sobre a posse das terras através das ocupações, invasões e grilagens. Levanta o problema da fragilidade das políticas de gestão de território, cujo Estado se fez historicamente omissivo. A face perversa desse movimento é evidenciada pela marginalização das comunidades tradicionais de seringueiros e indígenas, concluem.

Já no Capítulo 9, intitulado “Agroecologia: de um campo científico à uma prática anti-hegemônica” das autoras Mariana Leal Conceição Nóbrega e Débora Assumpção e Lima

temos uma fecunda análise sobre a importância da Agroecologia no debate científico a partir de pesquisas a nível de doutorado realizada pelas autoras. Defendem a leitura da agroecologia enquanto prática *sui generis* do camponês e como estratégia produtiva que orienta grande parte dos projetos de assentamentos no país. Destaca os desafios e as perspectivas dos projetos agroecológicos sob o viés da coletividade e da solidariedade, como condição básica para se pensar o desenvolvimento rural brasileiro.

O capítulo 10 “A transição agroecológica e a produção orgânica no Mato Grosso do Sul a partir da associação dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS” do professor José Adolfo Iriam Sturza é outra contribuição acerca dos projetos agroecológicos no país. Revitaliza o conceito de *transição agroecológica* como processo lento, porém consistente, sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ecológica. Destaca, por fim, a importância das estratégias de organização dos projetos como condição para essa sustentabilidade, utilizando como exemplo o estudo de caso da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS, criada em 2000 cujo trabalho orienta as variadas dimensões dessa dinâmica, a tecnológica, produtiva, de produção e comercialização, das atividades de capacitação e da articulação político-institucional.

Como coroamento da obra, o capítulo 11: “Territorialidade camponesa e agroecológica: uma aproximação com a experiência dos camponeses organizados no polo sindical da Borborema – Paraíba” de autoria de Paolo Viola que analisa os desafios encontrados para a consolidação das práticas agroecológicas na Região da Serra da Borborema, Mesorregião do Agreste Paraibano. O autor debruça sobre os conceitos de *território* e *territorialidade*, de *novo sindicalismo rural* e sobre os programas de *desenvolvimento local* no agreste do estado. Para encerrar, destaca a importância das ações do Polo Sindical da Borborema e da AS-PTA na criação de Fundos Rotativos Solidários – FRS, um importante instrumento organizacional para fazer frente ao modelo clientelista predominante naqueles lugares.

Trata-se, portanto, de uma contribuição sincera e impactante sobre as dinâmicas do espaço agrário em diferentes lugares, das suas combinações e conflitos, portanto das experiências e debates acerca de um mundo rural em formação e que depende ainda mais da organização e resistência dos que estão à margem dos processos de desenvolvimento exclusivamente produtivista.

Pode-se constatar que se trata de uma leitura elucidativa àqueles que pesquisam sobre a temática, bem como a todos os estudantes da grande área da Geografia, dada sua contribuição original e seu caráter extremamente didático.

Referências

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. (Org.) **Geografia Agrária em Debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017. 228p.